

# Manifesto: 50 personalidades exigem que Ministério Público seja mais escrutinado

Ana Henriques

**Documento fala em “graves abusos” na investigação criminal e em ingerência do poder judicial no poder político**

Um manifesto assinado por 50 personalidades, entre as quais três antigos presidentes da Assembleia da República e um ex-presidente do Tribunal Constitucional, insta os órgãos de soberania a reformarem o sector da justiça.

Os signatários entendem que investigações como as que levaram recentemente à queda do Governo liderado por António Costa e do Governo Regional da Madeira “consustanciam uma indevida interferência no poder político” por parte do poder judicial. Por isso, defendem que a actuação do Ministério Público passe a ser mais escrutinada, em particular pela Assembleia da República.

“Sem qualquer mandato constitucional, os magistrados do Ministério Público têm, na prática, um poder sem controlo, desde logo pela assumida desresponsabilização da Procu-

radora-Geral da República pelas investigações”, lamentam. “Apesar desta perigosa realidade, nem qualquer órgão de soberania, nem qualquer partido político relevante têm mostrado a necessária vontade e coragem políticas para encetar uma verdadeira reforma” do sector.

Três ex-presidentes do Parlamento estão entre as figuras que assinam o protesto: Augusto Santos Silva, Ferro Rodrigues (ambos do PS) e Mota Amaral (PSD). O ex-presidente do Tribunal Constitucional João Caupers é outra personalidade que integra o manifesto, tal como o advogado Daniel Proença de Carvalho, o constitucionalista Vital Moreira, o ex-ministro da Educação David Justino e o investigador e cronista José Pacheco Pereira.

Há vários signatários que, de uma forma ou de outra, já se viram a braços com a justiça. A reitora do Instituto Universitário de Lisboa – Iscte, a socialista Maria de Lurdes Rodrigues, chegou a ser condenada por prevaricação por ter contratado por ajuste directo o irmão do ex-ministro Paulo Pedrosa quando era ministra da Educação, tendo acabado ilibada em segunda instância; o ex-líder do PSD Rui Rio viu no ano passado a sua resi-



**Políticos e figuras públicas lamentam “abusos” do MP**

dência ser alvo de buscas por suspeitas da prática de crimes na gestão do partido; o ex-juiz e antigo deputado social-democrata Fernando Negrão foi arguido no caso da Universidade Moderna por violação do segredo de justiça, tendo a juíza que agora se tornou ministra da Administração Interna, Margarida Blasco, arquivado o processo por não conseguir chegar a nenhuma conclusão; Leonor Beleza,

que não chegou a responder em tribunal no caso da morte dos hemofílicos por os crimes terem prescrito; e por fim Ferro Rodrigues, que, muito embora nunca tenha tido a qualidade de arguido no processo Casa Pia, chegou a ver-se envolvido nele.

## Buscas com ponderação

No que ao controlo do Ministério Público diz respeito, o manifesto apresenta medidas concretas: desde logo um funcionamento mais hierarquizado, “responsabilizando cada nível da hierarquia pela legalidade do trabalho profissional das equipas”, mas também defende a sua avaliação, “através de relatórios periódicos a apresentar à Assembleia da República pelos órgãos de governo institucional das diferentes magistraturas e sua apreciação nas comissões parlamentares”. Os subscritores querem ainda que o lançamento de investigações criminais e o uso de meios de investigação especialmente intrusivos, como escutas e buscas domiciliárias, sejam feitos de forma mais parcimoniosa, “com exigências de ponderação, rigor, proporcionalidade e concreta fundamentação”.

Final, observam, “tem-se assistido

na investigação penal a graves abusos na utilização de medidas fortemente restritivas dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, designadamente com a proliferação de escutas telefónicas prolongadas, de buscas domiciliárias injustificadas e, mesmo, de detenções preventivas precipitadas e de duvidosa legalidade”.

“As intervenções do Ministério Público contra agentes políticos (...) têm formatado a opinião pública para a ideia de que todos os titulares de cargos públicos são corruptos até prova em contrário”, pode ler-se no documento, “o que tem produzido um óbvio desgaste no regime, reforça o descontentamento popular e abre as portas ao populismo”. As 50 personalidades advogam uma redução drástica da morosidade dos processos judiciais, a par de mecanismos que possam pôr cobro à violação do segredo de justiça. “Ao contrário de todos os demais poderes constitucionais, a justiça funciona quase inteiramente à margem de qualquer escrutínio ou responsabilidade democráticos, apesar de ser constitucionalmente administrada em nome do povo”, lamentam, falando da “impunidade” que se instalou.